



PARECER

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Item 52, Anexo I da Resolução TC N° 47/2018.

Em atendimento à exigência contida da Resolução do TCE/PE, no que se refere às contas prestadas pelo Prefeito do Município do Bom Jardim, Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, relativas ao exercício de 2018, notadamente no que ao cumprimento das disposições constitucionais e legais relativas a forma e ao conteúdo dos demonstrativos e demais documentos apresentados, foi possível observar que:

1. A prestação de contas foi elaborada com observância dos parâmetros da mencionada Resolução, tendo os demonstrativos contábeis e de gestão fiscal de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal n° 4.320/1964, pela Secretaria do Tesouro Nacional e decisões emanadas pelo tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
2. A aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino representou um montante equivalente a 25,01% a receita resultante de impostos, atendendo ao disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal;
3. Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde totalizaram 24,16% dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3°, da Constituição Federal, atendendo ao disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as ações e serviços públicos de saúde, foram disponibilizados para acesso de todos os cidadãos de forma igualitária, gratuita e universal, referidas ações e serviços anuíram com as metas explícitas no Plano de Saúde Municipal, a aplicação dos recursos estiveram sob a responsabilidade executiva do setor de saúde, as despesas com ações e serviços públicos de saúde foram movimentadas em fundo próprio da saúde, em cumprimento aos dispositivos legais do artigo 2° da LC 141/2012.
4. A remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, atingiu 66,26%, preenchendo os requisitos legais exigidos pelo artigo 22 da Lei Federal 11.494/2007.
5. No tocante ao repasse do duodécimo, os valores repassados para Câmara Municipal para despesa do legislativo a qual se refere o artigo 29, caput da CF, guardou compatibilidade com o limite de 7% fixado no artigo 29-A da Constituição Federal.



6. O comportamento da despesa total com pessoal durante o exercício de 58,97%, no primeiro período de apuração, não guardou compatibilidade com os limites estabelecidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei complementar nº 101/2000, no segundo período de apuração, 58,72% não guardou compatibilidade com os limites definidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da LRF e no terceiro período de apuração, 56,72% não guardou compatibilidade com os limites definidos no artigo 20 inciso III, alínea “b” da LC 101/2000. Contudo o município vem se esforçando para atingimento do percentual legal, podemos observar que no exercício de 2018 o mesmo reduziu o percentual da despesa com pessoal em 2,25%.
7. Sobre a Dívida Consolidada Líquida, conforme se depreende do Anexo 2, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o percentual da Dívida Consolidada foi de 3,78%, o percentual determinado pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu Art. 3º, inciso II, não poderá exercer 1,2 (um inteiro e dois décimos), vezes a Receita Corrente Líquida, tendo o percentual da DCL, obedecendo o limite fixado na supracitada resolução.
8. Com relação a operação de crédito, insta salientar que não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício no qual se infere à Prestação de Contas.

É o parecer.

Bom jardim, 29 de março de 2019.

**Ezequias Soares de Arruda Silva
Controlador Interno**